

Procedimento concursal comum para ocupação de 3 postos de trabalho na categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Código da Oferta na BEP - OE202108/0565

Ref. 14/2021 – Secção de Apoio Administrativo à DIOM da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM-SAAD)

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 60 minutos, com tolerância de 10 minutos.

Será composta por 4 grupos de questões de escolha múltipla:

- Grupo I e Grupo II – 5 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo III e Grupo IV – 10 questões de escolha múltipla (0,5 valor cada)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte, na sua mais atual redação:

- Lei n.º 35/2014, de 20/6, (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas):
https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/117652694/201901140000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Lei n.º 66-B/2007, de 28/12, (Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública): https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/122053025/201212310000/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=indice
- Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4/9, (adaptação aos serviços da administração autárquica do sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública):
<https://dre.pt/application/file/a/489341>
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras (ROSM), publicado no Diário da República nº 5, de 08 de janeiro de 2021:

- (<https://dre.pt/application/file/a/153338077>)
- Código dos Contratos Públicos – (DL 111-B/2017 de 31 de Agosto (Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo [Decreto-Lei nº 18/2008](#), de 29 de Janeiro, e transpõe as Diretivas nº 2014/23/EU, 2014/24/EU e 2014/25/EU, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva nº 2014/55/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014);
- Código do Processo Administrativo - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alterado pela Lei nº 72/2020, de 16 de novembro
- (https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada-/lc/105602322/view?p_p_state=maximized)
- Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico)
- Constituição da República Portuguesa – Título VIII – Poder Local, Capítulo I – Princípios Gerais – Artigo 235.º a 243.º

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.